

SUSTENTABILIDADE NEWS

Meio ambiente equilibrado é uma meta universal. Todos precisamos viver em um ambiente saudável para estarmos saudáveis. Aliás, vale lembrar que meio ambiente não é só natureza, é tudo que nos cerca, inclusive as cidades.

Em outubro, o Sustentabilidade News traz a reflexão sobre o futuro que queremos para as nossas cidades e comunidades. Cidades mais sustentáveis, onde a qualidade de vida seja um direito garantido a todos.

CONEXÃO e TRANSFORM(AÇÃO)
é o que precisamos!

Venha conosco em mais uma jornada de reflexão para fazermos, juntos, a diferença!



LEIA NESSA EDIÇÃO

PÁG. 2

ODS 11

Por cidades e comunidades mais sustentáveis

PÁG. 5

MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO: O QUE É?

PÁG. 8

DEBATE

Brasil sobre os ODS

PÁG. 18

JARDIM SENSORIAL



CONEXÃO SUSTENTÁVEL

Nessa seção, você se aprofundará em temas ligados a sustentabilidade que são de interesse da maioria das pessoas.

No mês de outubro nossa reflexão será sobre a importância de cidades e comunidades mais sustentáveis, conforme previsto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 11.



ODS 11 - POR CIDADES E COMUNIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS

Você sabia que no mês de outubro, além do dia das crianças e do dia do comerciário, temos outras datas que tem se tornado cada vez mais importantes: o dia mundial do habitat (dia 05) e o dia mundial das cidades (dia 31)? Sim, outubro tem se tornado um mês especial para a reflexão sobre quais rumos nossas cidades estão tomando e o que pode ser feito para torná-las espaços com uma qualidade garantida. Afinal, mais da metade de toda a população mundial já vive em centros urbanos, conforme registrado em 2018, e com uma previsão de que chegue a 68% até 2050. Ou seja, 2/3 de todas as pessoas do mundo estarão vivendo em cidades daqui a três décadas. No Brasil esse número é ainda maior, já que 86% dos brasileiros já vivem em cidades.

Fatos que têm chamado a atenção das lideranças mundiais, e fizeram com que a Organização das Nações Unidas (ONU), através da ONU-Habitat, lançasse uma campanha anual chamada: Outubro Urbano. Essa campanha agrega um amplo espaço de debate sobre a forma como as cidades estão crescendo e quais os parâmetros que devem ser seguidos para garantir o bem-estar humano nesse modo de vida. O tema geral da campanha é: “Cidade melhor, vida melhor” e existem alguns subtemas anuais de destaque. Em 2020, serão adotados os subtemas: “Habitação para todos e todas: um futuro urbano melhor” e “Valorizando nossas comunidades e cidades”. Desse modo, essa campanha visa promover a Agenda Urbana (Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos humanos sustentáveis para todos, definida em 2016), bem como a agenda 2030, mais conhecida como os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), especialmente o ODS 11 “Cidades e comunidades sustentáveis” que descreve 10 metas a serem alcançadas para tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

No Brasil, visando dar maior visibilidade a essa campanha do Outubro Urbano, a ONU- Habitat criou desde 2018 o Circuito Urbano que apoia e dá visibilidade a diversos atores que se engajam e promovem esse debate acerca dos rumos que nossos centros urbanos estão tomando.

O QUE É O ODS 11, DE FATO?

O ODS 11 é um dos 17 objetivos para um desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU em um pacto global, em 2015, para nortear os países, conforme suas próprias prioridades, a garantir condições de vida dignas a todas as pessoas do presente e também do futuro. Esses ODS compõem a chamada Agenda 2030, com 169 metas distribuídas entre os 17 ODS.

O ODS 11 trata das questões específicas relativas às comunidades e cidades. Esse objetivo trata de assuntos diretamente relacionados ao processo de urbanização, tais como saneamento, gestão de resíduos, mobilidade, com foco em uma urbanização equilibrada e sustentável, ainda que todos os outros ODS sejam importantes também.

O ODS 11 descreve dez metas que devem ser observadas para o alcance desse objetivo voltado a cidades mais sustentáveis, são elas:

11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o “Sendai Framework” para a redução do risco de desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

NOVA AGENDA URBANA (NAU)

A Nova Agenda Urbana é um documento que foi aprovado em 2016, pela ONU, em prol de uma visão única sobre padrões globais que devem ser observados pelos governos e organizações nas próximas duas décadas para um desenvolvimento urbano sustentável, incluindo a mudança de paradigma quanto à forma como interpretamos, elaboramos e construímos as cidades, sobretudo em relação ao acesso a moradias adequadas e ao direito a própria cidade.

A Nova Agenda Urbana é composta por 175 tópicos que podem ser agrupados em cinco grandes pontos-chave capazes de orientar de forma clara e objetiva governos e organizações a tentarem reverter a tendência atual da perda cada vez maior da qualidade de vida nos centros urbanos.

Esses pontos são:

- 1 - Política Urbana Nacional;
- 2 - Legislação Urbana;
- 3 - Planejamento e Projeto Urbano;
- 4 - Economia Urbana e Finanças Municipais;
- 5 - Extensões/Renovações Urbanas Planejadas.

Se quiser conhecer de forma detalhada a Nova Agenda Urbana, acesse:

<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES E O SESC RJ ESTÁ NESSE MOVIMENTO DESDE O INÍCIO....

O Sesc RJ faz parte do movimento do Circuito Urbano desde o início, em 2018. Através de suas ações voltadas à educação ambiental, busca promover e colaborar para uma maior sustentabilidade urbana.

Em 2018, cinco programações do Sesc RJ foram certificadas pela entidade e mapeadas como parte do Circuito Urbano: Mostra Sesc+Verde (ligada a todas Unidades); Sesc+ Verde/Curso de Gestão de Resíduos (realizado na Unidade Madureira); Sesc+Verde/Roda de Conversa sobre Consumo Consciente e Sesc+ Verde/Oficina de Tecnologias Ambientais (realizadas pela Unidade São João de Meriti); e Sesc+Verde/Roda de Conversa sobre Resíduos Sólidos e Responsabilidade Compartilhada (realizado pela Unidade Nogueira).

Em 2019, A ONU Habitat selecionou eventos relacionados ao tema “Cidades Inovadoras e Inclusivas” para celebrar o Outubro Urbano, com o objetivo de refletir sobre uma diversidade de questões urbanas e compartilhar conhecimentos e experiências para promover um futuro urbano melhor. Ao todo, o Sesc RJ teve quatro de suas programações selecionadas: as Oficinas “**Construindo uma Horta Comunitária**” e “**Jardim Sensorial**”, realizadas no Sesc Barra Mansa; a **Mostra Sesc+ Sustentabilidade**, que ocorreu no Sesc Nogueira; e a **Exposição A Casa Sustentável**, realizada no Parque Radical.

RECONNECTANDO

Nessa seção, convidamos você a vir com a gente em um passeio sobre diversos temas que estão no nosso dia a dia, como por exemplo dicas de plantio, de reaproveitamento dos seus resíduos, um poema, enfim, queremos te convidar a se perceber como parte do planeta e estimular a se mover em prol da preservação.

Já que estamos falando sobre cidades sustentáveis, um grande desafio tem sido o cumprimento mínimo das legislações existentes. Recentemente foi sancionada a Lei 14.026, conhecida como o marco do saneamento, que trouxe o debate sobre a questão do saneamento básico, algo que ainda temos muito a fazer no Brasil.

MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO: O QUE É?

No dia 15 de julho deste ano foi sancionado o novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020), cujo objetivo, segundo o governo federal, é estruturar um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade a fim de atrair novos investimentos para universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor. Na maior parte dos municípios é o Estado quem cuida da rede de água e esgoto, mas o acesso a esses serviços ainda é bastante limitado no país e o nível de investimentos, muito baixo. A meta do governo federal é alcançar a universalização até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. A previsão de investimento é de 700 bilhões de reais.

CENÁRIO ATUAL

Metade da população (mais de 100 milhões de pessoas) não tem acesso a sistema de esgoto, enquanto 16% (quase 35 milhões) não tem acesso a água tratada, segundo dados de 2018 do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento). Só 6% das cidades são atendidas pela iniciativa privada.



Nas outras 94%, o serviço é feito por companhias estaduais ou municipais, com ajuda do governo federal. Apesar dessa diferença, as empresas privadas respondem por 20% de todo investimento no setor.

CENÁRIO FUTURO

Empresas públicas não poderão mais ser contratadas diretamente para executar os serviços de saneamento. Municípios ou estados terão que fazer uma concorrência aberta a empresas privadas, por meio de licitação, e as interessadas terão que se comprometer com a meta de universalização dos serviços. O novo marco prevê a possibilidade de exploração do saneamento por blocos, onde haveria áreas de maior e menor interesse econômico licitadas em conjunto. A empresa vencedora da licitação teria que assumir as metas de universalização em toda a área.

Para conhecer o que diz o Novo Marco regulatório do Saneamento na íntegra, acesse:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>

QUAIS AS OPINIÕES SOBRE ISSO?

O Novo Marco regulatório do saneamento tem gerado uma discussão acirrada entre os prós e os contras. Entidades, associações de classe e políticos divergem sobre este novo cenário. Eis alguns argumentos:

Prós:

- Mais participação do setor privado através de parcerias público-privadas;
- Segurança jurídica;
- Regulação.

Contras:

- Possibilita formação de lobby de grandes empreiteiras;
- Prorrogação do prazo dos lixões conforme o porte populacional (segundo a Confederação Nacional dos municípios, entretanto, é um aspecto favorável o novo marco);
- Desinteresse em investir em pequenos municípios e regiões periféricas.

E você, o que acha?


Com o novo marco, a ANA (Agência Nacional de Águas) passará a ser responsável pela regulação do setor.

Um dos aspectos que define a ideia de sustentabilidade é garantir um meio ambiente equilibrado não só para o presente, mas para as gerações futuras. Para isso, as mudanças precisam acontecer hoje e trabalhar com as crianças novas concepções e hábitos sustentáveis pode ser um dos principais caminhos para garantir não só cidades e comunidades mais sustentáveis, mas também um planeta equilibrado em sentido amplo.

Em outubro também comemoramos o dia delas, das crianças, que são sempre uma esperança. E, o que podemos pensar em relação a uma educação ambiental voltada para elas?



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS CRIANÇAS



A educação ambiental é uma vertente da própria educação, sendo uma importante ferramenta de conscientização e enfrentamento para as necessidades ambientais do mundo atual.

De acordo com Saviani (2013) a educação é: “o ato de produzir, direta e intencionalmente, no indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Neste sentido, destacamos a importância da construção de uma educação ambiental crítica desde os primeiros anos escolares como forma de construir a própria humanidade nos futuros protagonistas.

A oferta de uma educação ambiental crítica, seja ela no ensino regular, em ambientes lúdicos e principalmente dentro dos lares, se faz tão necessária as novas gerações quanto apresentar grandes soluções globais aos crônicos problemas ambientais. Pois as crianças precisam despertar uma auto-identificação com este meio ambiente, sendo elas pertencentes e agentes transformadores.

As sensibilizações propostas a uma criança como, por exemplo, a visita a uma reserva ambiental ou ao ato de plantar uma árvore não pode ter o seu fim simplesmente em ser um momento bonito. Mas, é preciso levá-la a construir conhecimentos importantes, capazes de conscientizá-la para a importância da preservação, da mudança de hábitos da sociedade que a cerca e da necessidade de propor soluções.

No mês das crianças, quando diversos assuntos pertinentes aos direitos e necessidades dos pequenos são abordados, gostaríamos de incentivar uma educação ambiental consistente dentro das casas e em ambientes de aprendizagem. Ação simples como envolvê-las no processo de descarte correto dos resíduos, explicando para onde eles irão depois de separados ou contar a história de um alimento até chegar a nossa mesa pode fazer toda a diferença. E quem sabe até aproveitar um dia de chuva para mostrar a importância desse recurso precioso e os danos que podem causar o seu desperdício.

Desta forma, contribuiremos para a formação de indivíduos que protagonizarão a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, referenciados pela Política Nacional de Educação Ambiental.

TONS DE VERDE

BRASIL SOBRE OS ODS



Nessa seção, teremos sempre uma entrevista, um depoimento para nos mantermos atualizados do que está rolando de posturas sustentáveis por aí.

Sem dúvida, estamos diante de um mundo de muitas incertezas. Além de todas as necessidades que já existiam como, por exemplo, a questão de cidades e comunidades mais equilibradas e sustentáveis aqui discutida, a pandemia da COVID-19 mudará padrões e perspectivas. O que será o Desenvolvimento Sustentável daqui para frente? Será que algo mudará nesse sentido também?

Pensando nisso, o Sesc RJ compartilha aqui um tema que foi objeto de discussão numa Live recente no canal do Sesc RJ e que resultou na nota a seguir encaminhada por representantes da ONU-Habitat para embasar o debate.

O QUE SERÁ O DESENVOLVENDO SUSTENTÁVEL PÓS-PANDEMIA?

O ONU-Habitat conversou no dia 05 de junho, às 16 horas, com o Sesc Rio e a Simbiose Inteligência Ambiental sobre o que podemos esperar das nossas cidades no “novo normal” e o que podemos fazer para que o mundo pós-COVID-19 seja crescentemente guiado pela Agenda 2030 e seus ODS. A live foi transmitida pelo canal /portalsescrj, no YouTube.

Com a COVID-19, estamos vivenciando a transformação de uma era. A crise econômica agravada pela pandemia reforça as desigualdades e deixa as pessoas vulnerabilizadas ainda mais para trás. A nível individual, as consequências afetam a sobrevivência, pois sem poupança, proteção trabalhista, água e saneamento, a pobreza extrema está aumentando. A nível internacional, as lacunas nos dados e a ineficiência para identificar e tratar oportunamente os casos afetam a capacidade de resposta de muitos países, agravando ainda mais as diferenças entre Norte e Sul. Somado a isso, há um abismo entre os desafios que estamos enfrentando e a capacidade de ação individual de cada país para encontrar uma solução que interrompa o contágio.

E HÁ ALGO QUE POSSA SER FEITO?

Para superar a pandemia cuidando para que um maior número de pessoas sobreviva com dignidade é crucial reverter os padrões individualistas, nacionalistas e restritivos que guiaram parte da tomada de decisões até agora. Um modo de iniciar essa mudança é tomando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma integrada e indivisível como uma bússola que guie a humanidade para um futuro menos precário e mais justo. A pandemia de COVID-19 é mais um alerta de que não há tempo a perder. Se não assumirmos desde agora uma mudança nos nossos padrões de comportamento, viver em pandemia será o status quo. Ademais, a crise, ainda que global, tem consequências bem diferentes, dependendo da localidade, da raça e do gênero.



DEBATE 1: COMO A PANDEMIA AFETA DE MANEIRA DIFERENTE A VIDA DAS PESSOAS, DEPENDENDO DA LOCALIDADE, RAÇA E GÊNERO?

A pandemia expõe todas as pessoas, mas a possibilidade de defesa e de resposta é muito diferente dependendo da localidade, da raça e do gênero. As diversas desigualdades existentes mostram que as dificuldades de lidar com essa crise não recaem sobre todos de maneira igual.

Localidade:

As cidades são o epicentro das epidemias - mais de 95% dos casos são em áreas urbanas. E grande parte dos desafios está relacionada à forma como construímos e gerenciamos nossas cidades. Por que Tóquio, por exemplo, com 35 milhões de habitantes na sua região metropolitana e uma densidade de 6.158 hab/km², tem muito menos casos (5,323) que o Rio de Janeiro (33.695) com 5.265,82 hab/km²?

Quando a densidade se torna aglomeração, então a pandemia ganha dimensões de catástrofe. Se você tem um ambiente construído e um fluxo construído que permite que a densidade funcione, que tenha moradia, água, higiene, saneamento, internet universais (só para citar alguns), a proximidade não é tanto o problema. Ao contrário, há territórios nas cidades que fazem da proximidade uma oportunidade. O acesso a serviços essenciais, como centros de saúde, mercados de abastecimento e a diversidade de comércio são alguns dos ativos de algumas localidades que permitem seu acesso sem depender de um veículo. Mas, em geral, a urbanização tem se baseado em um modelo insustentável e com déficits na distribuição da riqueza gerada.

Há mais de 1 bilhão de pessoas que vivem em assentamentos informais, como favelas, e mais de 2 bilhões possuem acesso precário à água e saneamento.

O modelo de cidade atual é centrado no automóvel, como se esse fosse o principal meio de locomoção das pessoas. Essa escolha resultou na expansão das fronteiras urbanas muito além dos centros históricos, onde, frequentemente, estão concentradas as atividades comerciais e de produção econômica. Novos bairros surgem com baixa densidade, avançando sobre áreas verdes anteriormente desocupadas e até mesmo protegidas. Como resultado de uma cidade pouco densa e extensa, os custos de construção e manutenção das redes de infraestruturas urbanas - como transportes, saneamento, energia elétrica e outras - também aumentam e tornam-se ineficientes - e excludentes, sem falar no aumento das emissões de gases causadores do efeito estufa devido às longas distâncias percorridas.

Já em termos do modelo econômico da urbanização, esse é em grande parte dirigido pelo interesse privado, e não pelo interesse público. A especulação imobiliária de novas áreas urbanizadas e de áreas já consolidadas acabam por excluir a população mais pobre do mercado



formal de moradia. Como resultado, muitos recorrem ao mercado informal em locais pouco valorizados, como áreas desprovidas de serviços básicos e/ou áreas de risco permanente, como áreas inundáveis e encostas. Como resultado, o modelo de urbanização atual gera múltiplas formas de desigualdade, exclusão e privação, o que cria desigualdades espaciais e cidades divididas, muitas vezes caracterizadas por condomínios fechados e áreas de favelas. Com a limitação do que pode ser construído ou o tamanho, você já pensa em propriedades mais caras que excluem uma camada. Há muitas distorções.

A pandemia chama ainda mais atenção para um dos graves problemas de infraestrutura urbana do nosso país. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, IBGE, 2018), 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada no Brasil, quase metade da população não tem acesso aos serviços de coleta de esgoto e, do que é coletado, apenas 46% é tratado. O acesso à água potável de qualidade e a coleta e tratamento adequado do esgoto são fatores essenciais para a proteção da saúde e a manutenção de boas práticas de higiene, especialmente durante surtos de doenças infecciosas. A ausência desses dois fatores tende a comprometer a saúde pública e intensificar a demanda por atendimento no sistema público de saúde.

Há experiências no mundo que diferem desse modelo, mas, de um modo geral, é esse processo que temos visto em muitas cidades latino-americanas, incluindo as brasileiras. Políticas que deixam de fora as pessoas mais pobres.

Gênero:

As mulheres são mais afetadas pela pandemia do que os homens. No plano doméstico, culturalmente e historicamente, as mulheres foram consideradas as responsáveis pelo cuidado da casa e das pessoas na casa, pelo fluxo de organização da vida e da família. E esse trabalho invisibilizado e não remunerado aumentou durante a pandemia com a interrupção dos serviços, tendo as crianças e demais membros da família dentro de casa. Ou seja, a oportunidade de visibilidade do cuidado e de divisão das tarefas em muitos casos não só não ocorreu, como está sendo um dos propulsores do aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia.

França, Chipre e Nova York aumento das denúncias em 30%, Singapura 33%, Argentina 25% e Vancouver 300%, sendo que esse número é subnotificado já que, estatisticamente, menos de 40% das mulheres denunciam o crime ou buscam apoio.

A moradia, que pode ser considerada a linha de frente no combate à propagação do vírus, pode ser também um local de risco para as mulheres. As condições de habitabilidade afetam tanto a saúde e a forma como as mulheres vão vivenciar a pandemia. As mulheres estão sendo também as mais afetadas pela moradia inadequada em aspectos além da violência. Por exemplo, as mulheres sem banheiro e saneamento adequado são mais prejudicadas na vida escolar e na vida produtiva.



No âmbito público, as mulheres são as que têm mais empregos informais, sendo as que mais perderam trabalhos e estão com mais dificuldade de obter renda. E isso deixa mais evidente que desenhamos a cidade para atender a demanda produtiva. A demanda do cuidado não está na pauta do planejamento da cidade. Um dado: 54% das mulheres têm seus empregos no trabalho informal na ALC.

Além disso, as mulheres são as principais profissionais na linha de frente do enfrentamento da pandemia... 70% da força de trabalho da área da saúde e assistência social são de mulheres. E, dos casos de contágio dos (as) profissionais de saúde, na Espanha e na Itália, cerca de 70% eram mulheres.

Somado a isso, o medo e experiência de violência impacta o direito à cidade. O isolamento deixa as ruas mais vazias e mais arriscadas para as mulheres. A limitação da liberdade tira a possibilidade de muitas mulheres de ter um local de acolhimento, muitas vezes fora do espaço doméstico

Raça

Segundo a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, a COVID-19 tende a ter um impacto mais devastador a afrodescendentes e minorias étnicas em alguns países, incluindo o Brasil. A pandemia é um problema de saúde pública, mas tende a se agravar muito mais por causa da desigualdade socioeconômica. E no Brasil, dos 13,5 milhões de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza, 75% são negros. Esse dado deixa claro que o planejamento urbano e territorial não deve incluir apenas a questão socioeconômica, mas também a da raça, pois a primeira, em muitos casos, advém da segunda.

Sendo o acesso ao sistema de saúde desigual, muitas mortes cidadãos periféricos, em sua maioria negros, acontecem em decorrência da precariedade de acesso a tratamentos adequados, equipamentos e atenção básica. Lembramos que 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros.

Dados do boletim epidemiológico da Prefeitura de São Paulo apontaram em abril que o risco de morte de negros por COVID-19 era 62% maior em relação aos brancos. A letalidade de negros e pardos pode ser ainda maior já que aproximadamente 30% das vítimas não tiveram a cor/raça registrada.

Ademais, segundo estudo realizado pelo Instituto Pólis com dados entre 1º de março e 31 de julho de 2020 mostrou que a taxa da população negra residente na capital paulista foi de 172 mortes por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de mortalidade da população branca foi de 115 mortes a cada 100 mil. O levantamento utilizou o método de padronização, comum na epidemiologia, considerando as diferenças na composição etária de brancos e negros, uma vez que o segundo grupo é composto por maior número de jovens. Sem o uso do método



de padronização, a taxa entre os negros é de 121/100 mil habitantes e, entre brancos, de 134 óbitos/100 mil.

Outros países, como os EUA, sofrem com problemas semelhantes, por exemplo, em Chicago os afro-americanos compõem um terço da população, mas correspondem a 72% dos óbitos motivados pela pandemia.

As disparidades entre os casos e a letalidade da COVID-19 entre as raças estão relacionadas a múltiplos fatores, como a marginalização, discriminação, desigualdade econômica, habitação superlotada, riscos ambientais, disponibilidade limitada de cuidados de saúde e preconceito na prestação de cuidados. Além do fato de que minorias raciais e étnicas tendem a ocupar um maior número em alguns trabalhos que comportam maior risco, inclusive nos setores de transporte, saúde e limpeza.

DEBATE 2: DEMOCRATIZAÇÃO DA TECNOLOGIA E O DESPERTAR PARA O HOME OFFICE

A pandemia está mudando a forma de viver nas cidades, ocupar os espaços e realizar as atividades de trabalho e lazer. Com as medidas de distanciamento físico, fomos incentivados a ficar em casa, com a conseqüente transferência do trabalho e do estudo para os lares. Nossa forma de nos relacionar e com a própria tecnologia mudou. A tecnologia passou a ser vista como um instrumento que podemos confiar para produzir, para além de uma ferramenta de entretenimento e de conexão remota. Se avaliarmos os ganhos, avançamos alguns anos ao evidenciar que muitos trabalhos podem ser feitos à distância. Por outro lado, retrocedemos pelo fato do acesso à tecnologia de qualidade estar longe de ser universal, contribuindo para agravar desigualdades latentes.

Sabemos que as experiências vividas nos mais diversos contextos sociais, econômicos e ambientais são bem distintas e há um abismo ainda para que a democratização aconteça. O teletrabalho tem endereço. Ainda que nas cidades estejam concentradas grande parte da riqueza produzida e da inovação tecnológica e artística, a qualidade e acessibilidade da infraestrutura urbana tem se mostrado um aspecto de exclusão nas respostas da pandemia.

A tecnologia permitiu mapear locais com maior chance de transmissão do vírus, mas não facilitou o acesso à informação de frequentadores desses mesmos locais, que, sem conexão à internet e computador, não souberam as medidas corretas de prevenção. A tecnologia também permitiu que algumas pessoas produzissem ainda mais, mas não solucionou a repartição das tarefas domésticas e a sobrecarga em cima daquelas, em especial as mulheres, que precisaram, além de produzir, cuidar. A tecnologia ainda possibilitou que alguns adquirissem novos conhecimentos, mas não substituiu as interações sociais necessárias no processo de criação das crianças ou forneceu alimento àquelas que tinham uma refeição na escola. Por fim, a tecnologia que nos permitiu seguir conectados e trabalhando, não diminuiu o isolamento da pessoa idosa que foi deixada para trás sem ter sido



ensinada a se logar.

Ainda que a vida passe a ser moldada por uma nova relação com a tecnologia, a qualidade e a acessibilidade da infraestrutura tecnológica precisa de grandes mudanças se quisermos que as oportunidades potencializadas por ela deixem de ser limitadas pela renda, idade, gênero e raça e não aumentem as desigualdades existentes. É fundamental construir uma nova cultura tecnológica e científica que aposte em bens comuns digitais e em um modelo produtivo com maior retorno social e com ferramentas acessíveis, inclusivas, livres e neutras que ajudem a alcançar a Agenda2030 e os ODS. É fundamental abordar as possibilidades de uma nova cultura tecnológica e científica inovadora, que aposta em novos bens comuns digitais e que aborda as oportunidades de um novo modelo produtivo com um maior retorno social.

DEBATE 3: IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, DA VALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E CRIAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO

As parcerias pessoas-público-privado são essenciais e não podemos aceitar novas receitas de ativação econômica que não coloquem a vida no centro. Precisamos planejar agora uma nova economia social inovadora que priorize e fortaleça direitos básicos como saúde, educação, cultura, moradia digna e acessível, e que assuma um compromisso decisivo com uma indústria verde e inteligente com alto valor agregado. No desenvolvimento dessas novas fontes de oferta social, a co-elaboração de políticas públicas será um ponto forte para a transformação social. A reprogramação de nossas cidades se passar por uma nova cooperação entre o público, o privado e a população, aumentará as chances de chegarmos a cidades mais resilientes, equitativas e justas.

A transformação dificilmente será eficaz sem um papel estratégico da sociedade civil organizada através da economia social e solidária, da pesquisa e dos projetos de inovação cidadã, da cultura livre, do movimento ambiental e de um conjunto de iniciativas que muitas vezes vão adiante e marcam a passagem da administração pública.

Além disso, há uma pressão social crescente para que as organizações cumpram seu papel e apoiem as comunidades que estão inseridas, respeitando os limites dos recursos naturais. Mas nós precisamos estar atentas para exigir que a sustentabilidade passe realmente a ser o eixo central dos modelos de negócio, e não só maquiagem.

DEBATE 4: QUEDAS DOS NÚMERO DE POLUIÇÃO E SENSACÃO QUE REVERTEMOS AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SERÁ QUE VOLTAREMOS IGUAIS?

Existe atualmente uma espécie de nostalgia com o futuro (em relação a todas as possibilidades que temos a partir das pequenas



mudanças que estamos vendo com o isolamento) e precisamos ficar muito atentas para não nos fixarmos a essa ideia esperando que as coisas melhorem apenas com essas pequenas mudanças - porque a magnitude do desastre é muito maior. Deixar de poluir a cidade adotando a mobilidade ativa (+ciclovias, + calçadas) e expandindo os parques, sem modificar os padrões de consumo, por exemplo, continuará esgotando os recursos naturais.

A cidade compacta poderia resolver partes da questão ambiental, mas só se expandirmos o olhar da infraestrutura para o seu modo de funcionar e de ocupar o solo. Soluções baseadas na natureza (parques que podem ser usados como reservatório de água no caso de inundações, mangroves usados como barreiras naturais de tsunamis) só contribuirão em todo o seu potencial, se complementarmos com outras ações, pensando na resignificação da cidade para todas as pessoas.

Isso não invalida o benefício e a necessidade de incentivar e adotar essas mudanças, mas reforça que os benefícios serão muito mais duradouros e efetivos se o olhar for integrado. Precisamos romper o padrão atual, não só modificá-lo temporariamente e setorialmente, se queremos mudanças consistentes.

Difícilmente voltaremos iguais, mas isso não significa que voltaremos melhores e prontos pra salvar o mundo. Há um longo caminho de rupturas pela frente pra que isso ocorra. E temos que utilizar todo o aprendizado desses meses de pandemia para evitar que algo similar ocorra no futuro ou para nos preparar melhor para outros desastres.

REFLEXÕES FINAIS: O QUE PODEMOS ESPERAR DAS NOSSAS CIDADES NESTE NOVO NORMAL?

A pandemia deixa em evidência aquilo que não demos conta. Coloca uma lupa nos problemas que já existiam, deixando ainda mais exposta a realidade, crítica e injusta, que prioriza a dimensão econômica do desenvolvimento (para um limitado número de pessoas e instituições), em detrimento das dimensões ambiental e social.

E o que esperar do novo normal? Fazer as coisas diferentes, romper o ciclo, criar novos modelos. Incluir uma visão comunitária e participativa no pensar as cidades. Trazer soluções que coloquem as pessoas, em suas diferentes representações, para o centro do planejamento.

De imediato, é urgente pensar em medidas de recuperação de forma localizada, já que invisibilizar as demandas da população mais vulnerabilizada será absolutamente ineficaz para conter uma pandemia que afeta a todos. No médio e longo prazo, é preciso que assumamos de uma vez por todas que as cidades são parte do nosso dia a dia e têm que ser habitáveis e inclusivas, com qualidade de vida, diversidade de expressões culturais, espaços públicos vivos, saudáveis, acessíveis e seguros para todas as pessoas. A Moradia adequada e acessível para todas as pessoas precisa entrar no foco dos planos de governo.



Nós temos os mecanismos, ferramentas e orientações sobre o tipo de cidades que queremos, mas precisamos reorientar nossos planejamentos e esforços. Precisamos resgatar a função social da cidade prevista no Estatuto das Cidades. Priorizar o debate técnico ao debate político. Pensar que cidades queremos para outras mulheres, pensar o planejamento urbano olhando para outras dimensões, como a saúde.

É importante também atender de forma eficaz e rápida às demandas por informação e orientação; propor soluções a partir de um sistema transparente de dados e informações, que deixe em evidência interseções como raça, idade, gênero, etnia, e que permitam o planejamento e a execução de políticas públicas baseadas em evidências; e fortalecer e/ou estabelecer canais de diálogos com a população, sobretudo, com os grupos mais vulnerabilizados.

Os ODS nos apresentam uma bússola sobre o que fazer e como fazer, sendo ainda mais urgentes e estratégicos do que em 2015, quando foram pactuados. Os ODS almejam, entre outros, assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza e a desigualdade, alcançar a igualdade de gênero, assegurar o trabalho e a moradia digna para todas as pessoas. Para tanto, são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Em nosso mundo altamente interligado, alcançar esses objetivos dependem da capacidade de superar a fragmentação existente e agir além dos setores e das fronteiras nacionais. Se olhamos para o ODS 11, por exemplo, a pandemia provoca a necessidade de olhar para o direito à moradia adequada de outra forma. A moradia permite condições para que outros objetivos sejam alcançados (por exemplo a moradia adequada e segurança da posse contribui para o ODS 5).

A Agenda 2030, além de ser uma agenda de direitos humanos, é também uma agenda estratégica para o desenvolvimento do país, que nos dá metas e indicadores do que devemos fazer para universalizar o direito à cidade e evitar o recrudescimento da desigualdade herdado da crise da COVID-19. Uma grande lição que a COVID-19 nos deixa, e que também é abordada pela Agenda 2030, é a necessidade de fortalecer a resiliência (comida, resposta rápida, sistema de alerta precoce etc.) em nossas comunidades, tanto rurais quanto urbanas.

É fundamental garantir que os planos de recuperação estejam alinhados à sustentabilidade e à resiliência, com o objetivo de mudar muitos dos atuais padrões insustentáveis de consumo e produção.

BICHO GRILO



Nessa seção, é nossa hora de relaxar com algum desafio preparado para toda família. Espaço de desafios, jogos, brincadeiras.

CRUZADINHA SUSTENTÁVEL

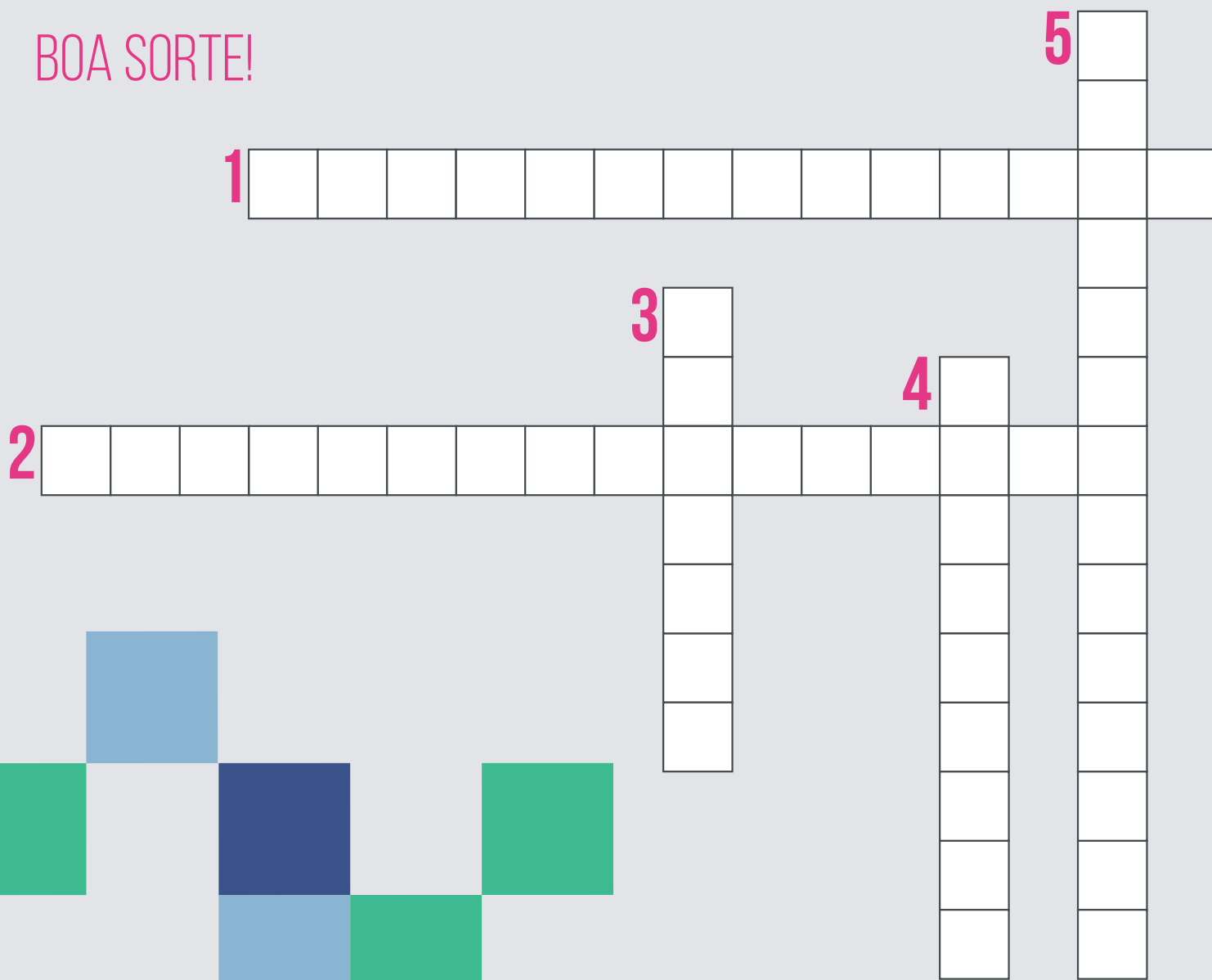
HORIZONTAIS:

- 1 - EVENTO CRIADO PELA ONU HABITAT NO MÊS DE OUTUBRO, DESDE 2018
- 2 - É UM DOS PAÍSES PARTICIPANTE DO CIRCUITO URBANO

VERTICAIS:

- 3 - FORMATO DO CIRCUITO URBANO 2020
- 4 - TEMPO QUE A ONU HABITAT ESTÁ PRESENTE NO BRASIL
- 5 - DIA MUNDIAL DO HABITAT

BOA SORTE!

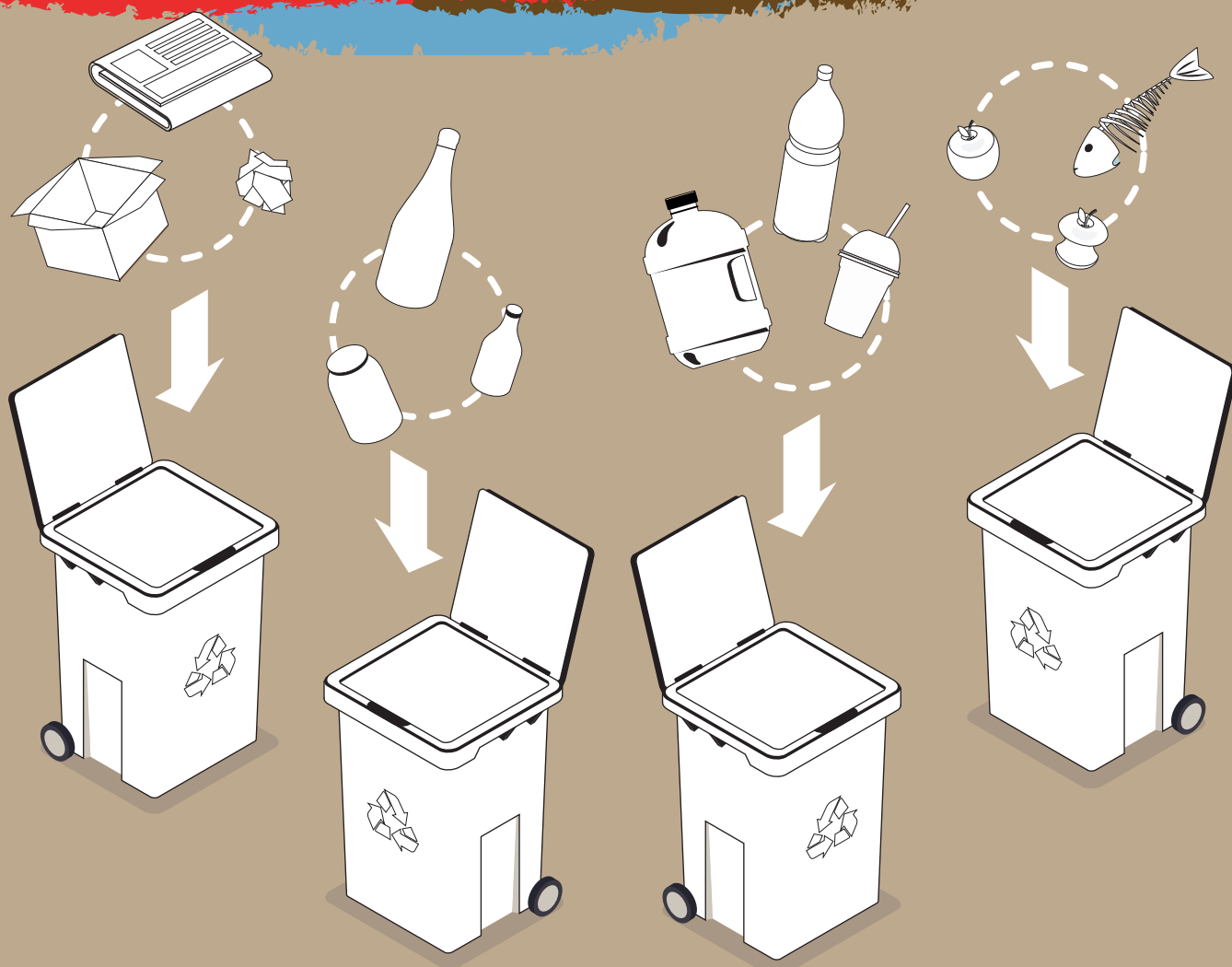


O QUE É, O QUE É?

1. TEM CABEÇA E TEM DENTE, MAS NÃO É BICHO E NEM GENTE?
2. PASSA A QUALQUER HORA DO DIA E NUNCA FAZ SOMBRA?
3. QUANDO UM TIGRE PODE SE PARECER COM UMA PESSOA QUE MANCA?
4. QUAL O ANIMAL QUE NÃO VALE MAIS NADA?
5. TEM NO POMAR E NO SEU PALETÓ...



PINTE AS LIXEIRAS CORRETAMENTE:



VOCÊ SABE O QUE É UM JARDIM SENSORIAL? EXPERIMENTE....

EM CASA COM O Sesc

Jardim Sensorial

O que é Jardim Sensorial?

Trata-se de um jardim planejado utilizando espécies vegetais que transmitem, de alguma maneira, sensações que estimulam os nossos sentidos, ou seja, a visão, o olfato, o paladar e o tato.

Você pode montar um jardim sensorial, seja em casa se houver espaço, na escola ou até mesmo em sua empresa e fazer visitas em grupos e apreciar as espécies que lá estão plantadas.

Quais plantas ter em um jardim sensorial?

O primeiro passo é escolher espécies tendo como base os sentidos.

Tato

Ao tocar as plantas é possível sentir a textura das folhas e perceber as duas diferenças entre elas. Folhas avermelhadas como as da hortelã-pimenta (*M. x piperita*) e das violetas (*Viola sp.*), folhas enrugadas como as da fittonia (*Fittonia albivenia*), lissas como das suculentas ou mais rígidas como as da heliconia (*Heliconia sp.*) ou rosa de pedra (espécies do gênero *Echeverria*). Se houver espaço utilize grãos também para caminhar sobre ela sem sapatos. A sensação é maravilhosa.

vióletas suculentas heliconia

Quais plantas ter em um jardim sensorial?

Olfato

Este é um sentido que remete logo ao estômago, portanto, abuse das ervas aromáticas e temperos como alcaçofra (*Hibiscus officinalis*), salsa (*Petroselinum crispum*), hortelã (espécies do gênero *Mentha*) e arruda (*Ruta graveolens*). Mas pode usar também espécies que exalam um leve perfume como orquídeas (a grande família *Orchidaceae*) e lavanda (gênero *Lavandula*).

hortelã orquídeas lavanda

Quais plantas ter em um jardim sensorial?

Visão

As flores, com suas cores e formas variadas são bons aliados para estimular este sentido. Podem ser girassóis (*Helianthus annuus*), crisântemos (espécies do gênero *Chrysanthemum*), azáleas (gênero *Rhododendron*) e hortênsias (*Hydrangea macrophylla*). As folhas também podem servir de estímulo visual, especialmente as que possuem coloração diferente do verde como o cardão (*Codiaeum variegatum*).

girassol hortênsias cardão

Quais plantas ter em um jardim sensorial?

Paladar

Faça uso de ervas aromáticas como salsa, manjericao, orégano, tomilho e espécies frutíferas como acerola, pitanga e também flores comestíveis como o amor-perfeito.

salsa manjerico acerola

Quais plantas ter em um jardim sensorial?

Audição

Utilize folhagens que sejam leves e fáceis para balançar mesmo com estímulo das mãos. Pode ser um pé de salgueiro-chorão (*Salix babylonica*). Uma fonte de água, mesmo que artificial próxima ao jardim pode auxiliar neste estímulo. Um conjunto de folhas caídas também é uma possibilidade de estimular este sentido.

salgueiro-chorão fonte folhas caídas

Criando um espaço pensando no estímulo destes sentidos você terá um jardim em que poderá desenvolver uma abordagem ambiental inclusiva.

Confira algumas dicas:

- Evite plantas que apresentem espinhos como rosas, bromélias e algumas suculentas (cactos, por exemplo);
- Evite plantas tóxicas como coriça-ninguém-pode, espirradeira e samambá;
- Consulte um profissional especializado antes de criar o jardim sensorial em sua escola ou empresa;
- Tenha atenção ao espaço destinado ao jardim e altura em que as plantas estarão de modo que sejam acessíveis a todos, especialmente cadeirantes;
- Faça manutenção periódica e observe a presença de espécies animais que possam prejudicar o jardim ou causar algum dano às pessoas;
- Animais como abelhas, beija-flores e aranhas são saudáveis e garantem a "saúde" do jardim, mas durante a visitação fique atento ao contato com as pessoas.

Credits:
Tato: Durel Peres, analista de sustentabilidade Sesc; Meditação
Pesquisa: Jardim Botânico do Rio de Janeiro (www.jbrj.gov.br)

Confira este Jardim Sensorial em nossa página no Facebook:
<https://www.facebook.com/175881962421988/posts/3737324492944366/>

SEÇÃO BICHO GRILO: GABARITO

CRUZADINHA VERDE:

Horizontal: 1) circuito urbano; 2) São Tomé e Príncipe
Vertical: 1) virtual; 2) vinte anos; 3) cinco de outubro

O QUE É O QUE É?

- 1) Alho; 2) Vento; 3) Quando é um tigre de bengala;
- 4) Javali; 5) Manga

PINTE CORRETAMENTE AS LIXEIRAS:



NOSSA TEIA

Espaço aberto ao leitor para trocas e classificados verdes. Aqui você pode dar sugestões e compartilhar informações e fotos de práticas sustentáveis

Você pode compartilhar conosco imagens interessantes sobre paisagens, espécies da fauna e flora, boas práticas voltadas ao meio ambiente e até do seu jardim.

A pergunta é: **O que você vê e quer a sua volta? Conte-nos.**

É só mandar um e-mail para sustentabilidadenews@sesc.org.br

ou postar no instagram e marcar as hastags:

#sustentabilidadenews e #sescio



NO DIA **1º DE OUTUBRO** COMEMORA-SE O DIA DO IDOSO E O SUSTENTABILIDADE NEWS FAZ UMA SINGELA HOMENAGEM A ESTES QUE FAZEM PARTE DA NOSSA HISTÓRIA TODOS OS DIAS...

AQUI ALGUNS MOMENTOS ESPECIAIS...



#tbt do passeio TSI do Sesc Niterói ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro nas comemorações do dia dos idosos de 2018.



Trilha interpretativa realizada com idosos pelo Sesc Barra Mansa, em 2020.

Analista de Sustentabilidade
Mauro Rezende

